

*A* Revista *Caos* entrega mais um número ao seu público. Como os anteriores, nasce de um trabalho artesanal, realizado no calor da inquietude e da convicção. Inquietude, pelas condições limitadas de produção; convicção, pela certeza de que os propósitos da publicação valem o esforço.

O trabalho editorial, assim como o docente, não se desenvolve isolado. É atravessado por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Reconhecer isso não é apenas recurso de linguagem para escrever um editorial: é exercício de sociologia do conhecimento e da ciência.

Talvez tenha iniciado este texto dessa forma porque li recentemente o memorial de uma eminente socióloga. Mais do que um documento burocrático, ele se revelou um exercício apurado das condições sociais de produção de duas coisas interconectadas: o texto em si, como produção simbólica, e a própria figura do professor enquanto trabalhador que progride em uma carreira. Com o memorial, ela pleiteava sua progressão à classe de professora titular — conquista mais do que merecida. Permitam-me compartilhar um pouco dessa experiência, pois a considero inspiradora.

No documento, com maestria no uso das palavras, a socióloga soube agregar a sensibilidade artística a uma imaginação sociológica vigorosa, para, já na abertura, confrontar a própria escrita de si, ou seja, seu memorial. Tal atitude poderia ser adotada também sobre os editoriais, afinal, eles pertencem ao mesmo espaço acadêmico. Porém, não é este o propósito de hoje, quem sabe em números futuros.

O enredo da autoanálise se debruçou sobre o ocorrido fato de ela ter demorado a elaborar o memorial. Então, perguntava-se o porquê daquele atraso. Esse foi o fio que começou a nos envolver sem que nos déssemos conta. Avançando na leitura, passamos, sem perceber, do ponto seguro de retorno. Já estávamos no meio de uma reflexão bastante crítica —, inspirada pela Teoria Crítica e por vozes femininas — sobre as desigualdades estruturais de gênero, classe, raça e outros marcadores sociais. A partir daí, a pergunta inicial se transforma em uma tese: como a universidade e o ensino superior que hoje fazemos colocou-se ao lado de uma política neoliberal, disfarçada de modernidade e desenvolvimento tecnológico, enredando uma pedagogia que, em vez de produzir pessoas

críticas e engajadas na luta pela emancipação — o que pressupõe algum nível de superação dessas estruturas neoliberais —, propicia espíritos acomodados e convencidos com o “fim da História”.

Texto e contexto, nesse sentido, não se separam: são partes que se interpelam mutuamente. Ser professora — titular ou não — é estar no mundo. E não se faz ciência, ou sociologia, num mundo ideal, “onde os banheiros são autolimpantes, as mesas se enchem por passe de mágica, e as pessoas estão sempre saudáveis.” Esse excerto do memorial soa, para mim, como uma voz que clama — embora nem todo(a) cientista social consiga ouvi-la. Ela nos admoesta a entender que “fazer sociologia é um tipo de trabalho em um mundo mais vasto de trabalho e de lutas entre marcadores sociais”.

É justamente nesse horizonte que se inscrevem os dois artigos que abrem este número. Ambos retomam, cada um a seu modo, a inquietação presente no memorial: examinam desigualdades estruturais e trajetórias; discutem também os limites e possibilidades da universidade diante das pressões neoliberais. Se o memorial nos convidava a pensar a docência como trabalho situado em lutas sociais, os artigos prolongam esse convite, oferecendo análises que iluminam tanto o espaço acadêmico quanto a vida social mais ampla. Foram produzidos pelo prestigiado professor e sociólogo Terry Mulhall, a quem os editores fizeram o convite para submeter os artigos à *Revista Caos*. Além dos artigos, planejamos uma entrevista com o autor para publicar neste número; porém, ela não ficou pronta a tempo, devendo ser incluída no próximo.

No primeiro artigo, extenso por necessidade, *Capitalismo neoliberal e a ciência modo 2: uma análise do Programa Nacional de Pós-graduação do Brasil*, Terry Mulhall analisa como as políticas brasileiras voltadas para as universidades, especialmente em nível de pós-graduação, propõem diretrizes presentes na ciência *Modo 2*, vista como uma proposta neoliberal de fazer ciência e universidade, aliás, refere-se a um modo de *abertura* tanto da ciência quanto da universidade, ao qual o autor se mostra bastante crítico, uma vez que essa conjuntura faz com que trabalhadores do setor de ciência e educação tenham “suas vidas subordinadas a um regime de indicadores de desempenho”. Ele propõe-se a fazer uma crítica à perspectiva da sociologia do conhecimento a partir de uma “economia política da ciência” (a ciência não pode ser compreendida fora da lógica de acumulação do capital). Põe, então, na berlinda a ciência *Modo 2*. Conforme diz,



respaldado em fontes vastas e diversificadas, a chegada da sociedade do conhecimento preparou a transição para a era da ciência pós-acadêmica, na qual as várias dicotomias previstas nos “pressupostos positivistas e tecnocráticos da política científica e educacional, características da ciência tradicional do *Modo 1*”, foram, *supostamente*, suplantadas. Nesse ponto, sua crítica se volta a desvelar a premência do neoliberalismo subjacente à ciência do *Modo 2*, que traz consequências maléficas para a educação. Em suas palavras: “[...] a transição para a ciência do *Modo 2* tem como premissa o argumento de que uma oferta de educação e ciência orientada pelo mercado levará a maior eficiência, inovação e igualdade”.

No segundo artigo, *O deslocamento do racismo estrutural à moralidade individual: uma leitura jamesoniana de “Entre os muros da escola”*, reflete sobre a arte e seu papel na sociedade moderna a partir de um filme francês bastante apreciado por educadores: *Entre os muros da escola*. Inspirado nas ideias de Frederic Jameson, ao analisar o filme, Terry descreve como o cinema constrói uma imagem da escola e seus personagens como modelo ideal impregnado pelo neoliberalismo. As personagens emulam uma trama que metamorfoseia lutas estruturais em confrontos individuais.

Como os mitemas modernos da indústria cultural, o enredo cria a figura de um herói e de um “desviante”, cujos desempenhos, erros, culpas e êxitos são de responsabilidade dos próprios indivíduos. O filme repete a lógica das fábulas dos desenhos animados — analisados por Adorno e Horkheimer, no livro de 1947, *A dialética esclarecimento* — ao trazer uma *moral da história*, cuja voz se alinha à ideologia neoliberal da meritocracia. Eu diria, pensando nas ideias de Bernard Lahire — expressas no livro: *Pour la sociologie e pour finir avec une prétendue “culture de l’excuse”*, sem tradução para o português — que os produtores do filme ainda não foram impactados pela quarta ferida narcísica da humanidade.

O terceiro artigo também tem como foco o contexto escolar, cuja análise se orienta por uma perspectiva decolonial: *Silêncio e estigma na escola e a invisibilização das culturas afro-brasileiras: reflexões a partir de uma experiência no ensino religioso*. Seu autor, Antonio Carlos Coelho, a partir de fatos de racismo ocorridos em uma escola em Belo Horizonte, na disciplina Ensino Religioso, mobiliza uma reflexão sobre as limitações institucionais para combater o racismo no ambiente escolar. Apesar das



limitações para produção de inferências, pois trata-se um caso apenas, o autor amplia as possibilidades de reflexão ancorando-se em pertinente literatura. Por esse evento isolado, o autor reflete sobre “mecanismos mais profundos de exclusão simbólica e de reprodução de estigmas culturais no espaço escolar”.

O artigo seguinte, *Mobilização comunitária e direito à cidade: a produção do urbano através da Comunidade do Timbó*, escrito pela antropóloga Williane Pontes, leva-nos a um passeio pelas ruas, ladeiras, calçadas e demais logradouros na Comunidade do Timbó, localizada na cidade de João Pessoa. O artigo retrata a pesquisa etnográfica que lhe deu o título de doutora pela UFPB. Com uma metodologia triangulada, a autora se valeu de história oral, entrevistas com atores diversos, documentos e imagens veiculadas no ciberespaço. Tem como objetivo, perceber como a mobilização dessa comunidade, considerada periférica, articulou-se para produção do urbano, reivindicando o direito à cidade. Então, o que vemos é o desdobramento de uma história em que os protagonistas, com destaque para mulheres, foram os principais responsáveis pelas transformações urbanísticas ocorridas na comunidade, que antes não possuía saneamento básico, sofria com inundações periódicas, faltavam-lhe equipamentos urbanos essenciais. Hoje, a Comunidade do Timbó, anteriormente conhecida como favela, enquadra-se em outro tipo de urbanidade, tendo sanado alguns dos seus problemas. Para a autora, isso demonstra como a cidade pode se reinventar a partir das margens.

Em a *Presença de Juscelino: a tríade de monumentos para o presidente Kubitschek em Brasília*, Artani Pedrosa nos leva a revisitar fatos ligados à fundação de Brasília. A porta de entrada para essa viagem é uma tríade de monumentos — *Cabeça de JK, O Fundador e Monumento a JK* — que nos mostra como a cidade cria e reforça o imaginário sobre Juscelino Kubitschek. Eu diria que se trata de semióforos que alimentam o mito do grande desbravador de terras hostis, ou como diz a autora, os monumentos são a materialização de narrativas. Mas Brasília não é a obra de Juscelino apenas, ela se inscreve na história do Brasil e nos corpos dos milhares de brasileiros, principalmente negros, nordestinos e nortistas, que no anonimato da história, construíram seus prédios, ruas, praças, esgotos e lagos. O artigo conclui que o estudo dos monumentos dedicados a JK em Brasília revela não só a materialidade dos projetos políticos e de poder, mas



também a importância de expandir o debate acerca das memórias que foram silenciadas, invisibilizadas e colocadas à margem durante a criação de Brasília.

O próximo artigo, intitulado *A face oculta do bergsonismo na teoria social contemporânea*, é de autoria de Rafael Santos, representante promissor da nova geração de sociólogos em formação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sua produção se insere no âmbito do grupo de estudos e pesquisas coordenado pelo professor Carlos Freitas, cuja trajetória intelectual merece destaque e pela qual manifesto admiração. O texto propõe uma leitura instigante ao aproximar Henri Bergson e Bruno Latour, dois pensadores que, em tempos distintos, desafiaram os limites da teoria social. O autor reflete sobre o papel da filosofia na renovação da sociologia contemporânea, levando-nos a presenciar um exercício metateórico que trata de debates atuais sobre vitalismo, ontologia relacional e pluralismo, temas centrais para se pensar os desafios das ciências sociais atualmente.

Fernanda Zanola, Raphael de Moraes e Fernanda Rauber nos oferecem o artigo: *“Seja diferente, seja você?”: uma revisita crítica ao consumo da Revista Capricho na adolescência*. A partir da análise das capas da *Revista Capricho*, publicadas entre 2002 e 2012, procuram compreender como se dá a presença ou ausência dos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero) na política editorial dessa revista. Para isso, analisam as experiências de antigas leitoras (usando a técnica de grupo focal), colocando em evidência os impactos socioculturais do consumo da revista. As capas, assim como as falas das antigas leitoras nos levam a refletir sobre questões marcadas pelo capitalismo, racismo, elitismo, colonialismo e sexismo. Nesse sentido, o consumo da revista reforçava padrões normativos e excludentes, apesar do discurso de *individualidade e diferença*.

Fernanda Rauber também é autora do ensaio visual que vem em seguida: *Do traço à trajetória: o significado atribuído à carreira de tatuadora*, juntamente com Marília Gabriela e Eloisa Helena. No ensaio, integraram a releitura de registros fotográficos realizados após a finalização das entrevistas com as tatuadoras, com desenhos por elas feitos mediante a solicitação de que representassem, em imagens, “o que a carreira na tatuagem simboliza em suas vidas”. A mensagem que nos trazem é que as mulheres tatuadoras estão inseridas em um campo de sensibilidade “estética em transformação: a arte da tatuagem como uma extensão da corporalidade feminina, dos afetos e da



memória”. Concluem que, com o auxílio das imagens, por meio da tatuagem e do exercício de produzi-la, as mulheres tatuadoras deixam de ser invisíveis ou exceções e passam a se afirmar como protagonistas na (re)definição de sentidos e práticas no campo da tatuagem.

As duas resenhas que vêm em seguida, oriundas da área da Administração, apesar de serem descritivas, — indo de encontro à tendência editorial da Caos de publicar resenhas críticas — tratam de temas bastante pertinentes, e que prolongam as discussões trazidas pelo professor Terry e pelo memorial ao qual fiz alusão.

Em *Os desafios para a transformação da educação tradicional para o ensino digital*, Maria Clara Camacho da Silva e Marcello Calvosa resenham o artigo *Teaching inside a digital classroom: a quantitative analysis of attitude, technological competence and access among teachers across subject disciplines*.

A segunda resenha, *Os efeitos positivos em estudantes universitários da aprendizagem baseada em projetos*, elaborada por Anielle Neves Menezes e Marcello Calvosa, detém-se sobre o artigo *Project-based learning: for higher education students learning independence*.

Apesar de os dois artigos resenhados discutirem (a) os desafios e oportunidades da transição do ensino tradicional para o digital em um cenário marcado por avanços tecnológicos e crescente competitividade e (b) a capacidade dos estudantes universitários estabelecerem independência de aprendizagem a partir da aprendizagem baseada em projetos (ABP), em cenários que não o brasileiro, os elementos trazidos pelas resenhas nos fornecem lastro para comparação com o nosso contexto, a partir, obviamente, da perspectiva dos autores da resenha, que eu acredito divergir da *economia política da ciência* defendida pelo professor Terry Mulhall no artigo que abre este número.

As conclusões dos autores da primeira resenha em relação ao contexto brasileiro mostram que o acesso desigual à tecnologia e à infraestrutura ainda representa um obstáculo, mas o ensino virtual se mostra relevante para estimular autonomia, disciplina e colaboração em projetos acadêmicos, reafirmando a necessidade de atitudes proativas diante das mudanças digitais. Aponta ainda para a importância de investir em capacitação tecnológica, consolidando docentes, alunos e gestores como agentes transformadores em um mercado cada vez mais dinâmico e digital.



A segunda resenha conclui que a aplicação eficaz da ABP depende de algumas condições de base, como formação docente coerente com a metodologia em pauta, currículos atualizados e ambientes colaborativos. No Brasil, mesmo diante de muitos desafios, referentes a tais condições, pode haver avanços com o uso da ABP, pois ela “fortalece competências intelectuais e práticas, indo além do ambiente escolar”. O que poderá contribuir para “a construção de um modelo educacional mais alinhado às demandas do século XXI”.

Finalizando este número, apresentamos a entrevista *Entre campos, beiradas e vivências: transitando da psicologia para antropologia*, conduzida por Mohana Ellen Brito Morais Cavalcante. O texto traz relatos da trajetória pessoal e acadêmica de Antonio Luiz da Silva, destacando os caminhos percorridos pelo entrevistado entre psicologia e antropologia. Evidencia como os estudos sociais da infância se tornaram referência nas suas pesquisas, estudos e atuação profissional. Suas narrativas estão repletas de mensagens que destacam os desafios e encantamentos de pesquisar a infância, sobretudo em contextos periféricos, reafirmando a agência da criança nos processos políticos, culturais e sociais. Em suma, antropologia e psicologia se engradem mutuamente na atuação do entrevistado.

Por último, espero que aproveitem a leitura dos textos reunidos neste número, cujas ideias são de responsabilidade exclusiva de seus autores e autoras.

Giovanni Boaes.

